

## Justo Chermont criou a Imprensa Oficial do Estado



Justo Leite Chermont, republicano histórico do Pará. Nasceu em Belém em 27 de julho de 1857. Faleceu na mesma cidade, exercendo o mandato de Senador Federal, no dia 02 de abril de 1926. Filho do Visconde de Arari, Antonio Lacerda Chermont. Formado em Direito pela Faculdade do Recife e ingressou na diplomacia sendo secretário da Legião Brasileira em Caracas, onde foi condecorado pelo Governo Venezuelano, com a Comenda da Ordem Bolívar. Exonerando-se do cargo, voltou a Belém, montando seu escritório de advocacia, disputando, pouco depois, uma cadeira na Assembléia Provincial. Reeleito mais tarde pela facção do Partido Liberal. Foi um dos fundadores do Clube Republicano, em 1886.

Ao lado de Paes de Carvalho, Lauro Sodré, Manoel Barata, Gentil Bittencourt e outros, Justo Chermont dedicou-se à intensificação da propaganda, sendo redator-chefe do jornal "A República", criado para esse fim. Eleito, seguidamente, membro do diretório do Clube Republicano.

Em 23 de novembro de 1889 foi nomeado governador do Pará. Permaneceu nesse posto até fevereiro de 1891, quando deixou o Governo para assumir as funções de Ministro de Relações Exteriores, permanecendo no cargo até a queda de Deodoro da Fonseca, em 1893.

## A centenária trajetória

A história da *Imprensa Oficial do Estado* durante a sua centenária trajetória é uma sucessão de episódios políticos administrativos, implicando extinções, reaparecimento, mudanças de nome de autonomia - ora sob o peso de medidas econômicas, ora por conveniências políticas, bem ao gosto e ao interesse das administrações que comandaram a política no Estado do Pará.

## Sousa Castro extingue a IOE

A Lei nº. 1.081, de 14 de outubro de 1909, sancionada pelo governador João Antonio Luiz Coelho, autorizava a extinção da *Imprensa Oficial*, passando os serviços às oficinas tipográficas do Instituto Lauro Sodré. Em fevereiro de 1921, assume o Governo do Estado, o médico Antonino Emiliano Sousa Castro. Durante sua administração, alegando economia de despesa edita o Decreto nº. 3.806, de 05 de março daquele mesmo ano, por meio do qual autorizava a redução de gastos com a administração pública, bem como extinguiu diretorias, cargos e algumas repartições públicas entre as quais a *Imprensa Oficial do Estado*.

Sobre a extinção da *IOE*, de acordo com o texto do decreto, o governador justificava a medida considerando entre outros pontos que a publicação de atos oficiais era a única justificativa de existir um jornal do governo, o que poderia perfeitamente fazer-se com economia e descanso por forma diversa, a exemplo de outros Estados como o de Pernambuco, o qual contratou o seu serviço com o mais antigo e conhecido dos jornais diários do Recife.

Em conseqüência dessa medida, os atos da administração pública passaram a ser publicados no Jornal Folha do Norte. Essa forma de divulgação dos atos dos poderes estaduais não era regular, nem jurídico, por se tratar de jornal noticioso e político, e por isso aquele mesmo governador determinou que voltasse a circular o *Diário Oficial*.

## Reaparecimento do DOE

Assim, depois da curta interrupção de pouco mais de três meses reapareceu o órgão oficial em 11 de junho de 1921, editado nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, para onde havia sido transferida uma parte do material tipográfico da extinta *Imprensa Oficial*.

## Barata extingue Diário Oficial

Em 1933, época do governo revolucionário, o *Diário Oficial* foi novamente extinto por intermédio do Decreto nº. 837 de 09 de janeiro, assinado pelo então interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. E, através do mesmo decreto o interventor criava um outro órgão oficial com o título de *Diário do Estado*, o qual passaria a publicar, além dos atos das administrações estadual e municipal, notas informativas de interesse do governo revolucionário. O então major interventor, Magalhães Barata, justificava a medida, segundo o decreto, que o *Diário Oficial* pelo seu fim, adstrito a atos oficiais não despertava ao público o necessário interesse, sendo lido apenas por um número limitado de funcionários e pessoas que tinham relações com o governo. O interventor, entre outros pontos, ainda considerava que a imprensa era a tribuna pela qual o governo poderia mais facilmente doutrinar os seus concidadãos, disciplinando-os nos princípios idealistas da Revolução de Outubro e preparando-os para a grande obra de reconstrução da Pátria.

## Volta o título Diário Oficial

Já em 18 de junho de 1935, o então governador José Carneiro da Gama Malcher, por meio do Decreto nº. 1.692 extingue o *Diário do Estado*, e restaura o *Diário Oficial*, o qual passaria a publicar, exclusivamente, os atos dos poderes da administração pública.

## Hygino Amanajás primeiro diretor da Imprensa Oficial



Antonio Hygino Cardoso Amanajás nasceu no município de Abaetetuba em 15 de junho de 1852. Fez seus estudos primários em sua terra natal e os secundários no seminário episcopal da capital sob a direção de Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, então reitor e Dom Antonio de Macedo Costa, o bispo egrégio, de quem era afilhado.

Foi eleito deputado estadual em três legislaturas sucessivas até a proclamação da República, sendo um dos cinco deputados que pedia a manifestação das Câmaras municipais pela proclamação da República.

Eleito deputado foi autor de diversos projetos entre os quais o da criação do Montepio dos Funcionários Públicos.

Em março de 1891, foi nomeado administrador da Imprensa Oficial, ocupando o cargo até novembro de 1917.